

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: DOUTORADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Ensino de Administração e Aprendizagem Organizacional

EDUCAÇÃO CORPORATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Impacto no Ensino da Administração e na Aprendizagem Organizacional

833.369.822-00

Florianópolis

2024

PROPOSTA DE PESQUISA:
EDUCAÇÃO CORPORATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Impacto no Ensino da Administração e na Aprendizagem Organizacional

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa será o produto da dissertação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração Profissional, nível de Doutorado, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esse estudo está inserido na linha de pesquisa de Ensino de Administração e Aprendizagem Organizacional.

Sabe-se que a administração pública enfrenta demandas cada vez mais complexas e dinâmicas, onde exige-se não somente a habilidade de gerir recursos e processos, mas também a capacidade de inovação, adaptação e promoção de uma cultura organizacional voltada para a aprendizagem contínua. Sendo assim,

A Educação Corporativa tem como missão propiciar o aprendizado contínuo, oferecendo soluções de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos e atuando no sentido de que todos na organização tenham as qualificações necessárias e adequadas para sustentar os objetivos empresariais (Ramal, 2012, p. 85).

Através da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de julho de 1998, estabeleceu-se que a União, os Estados e o Distrito Federal teriam Escolas de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos.

A necessidade das organizações por colaboradores que estejam sempre aprendendo é o que impulsiona o surgimento da educação corporativa, tendo em vista que, muitas organizações optam por estabelecer universidades corporativas, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando aos colaboradores conhecimentos e habilidades alinhados com as políticas e estratégias da organização (Gil, 2019).

No serviço público, tem-se como exemplo, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que é uma entidade vinculada ao Ministério da Economia do Brasil com o objetivo de “[...] formar e desenvolver pessoas capazes de inovar, alcançar resultados e servir à sociedade.”, além de ser o ambiente onde a administração pública se transforma em “[...] competência, conhecimento, inovação, atitude, resultado e valor.” (ENAP, 2020).

Na contemporaneidade, a Educação Corporativa (EC) emerge como um instrumento fundamental para fortalecer o desenvolvimento profissional dos servidores públicos e

impulsionar a eficiência e eficácia das organizações governamentais. Sendo assim, indaga-se: Como a implementação de programas de EC podem fortalecer o ensino da administração e promover a aprendizagem organizacional no contexto da administração pública?

Neste contexto, o estudo se propõe a analisar o impacto da EC na administração pública, investigando como tais programas podem contribuir para o desenvolvimento de competências dos servidores.

Através de uma investigação aprofundada da EC, pretende-se investigar as práticas andragógicas e as metodologias utilizadas no programa de educação corporativa na administração pública (1); analisar o impacto da investigação da participação dos servidores em programas de educação corporativas na administração pública de qualidade dos serviços prestados à população (2); identificar os desafios e as oportunidades enfrentados na implementação de programas de EC na administração pública (3).

Como produto inovador, surge a ideia do desenvolvimento de uma cartilha educativa sobre a implementação de programas de educação corporativa na administração pública. Pretende-se que a cartilha seja um recurso valioso para gestores públicos interessados na promoção da aprendizagem organizacional e fortalecimento ao que tange o desenvolvimento profissional dos servidores. Abordando não só diretrizes práticas, mas também recomendações úteis para a concepção, implementação e avaliação de programas de capacitação, destacando assim, a importância da EC para o aprimoramento das organizações governamentais.

2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se pela relevância e contribuição para a organização/setor/sociedade e pessoal/profissional, pois, Marconi e Lakatos (2024, p. 119) afirmam que a justificativa da pesquisa

É o único item do projeto que apresenta respostas à questão *por quê?* De suma importância, em geral é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pela(s) pessoa(s) ou entidade(s) que vai(ão) financiá-la. Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa. [...]

Esta pesquisa, sobre a implementação de programas de EC na administração pública para as organizações governamentais, o setor público e a sociedade, é de suma importância, tendo em vista que além de fornecer *insights* valiosos, pretende-se recomendar orientações práticas para gestores públicos envolvidos no desenvolvimento dos servidores, ajudando-os

assim ao que diz respeito a aprendizagem organizacional e aprimoramento do desempenho das Instituições Públicas.

Para a sociedade, a promoção do desenvolvimento profissional dos servidores públicos, trará impacto positivo na eficiência, transparência e inovação no setor público, beneficiando-a como um todo.

No âmbito pessoal e profissional, justifica-se pelo fato de fazer parte do quadro de servidores públicos federais em uma Instituição de Ensino desde 2015, atuando como docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) de contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Atuando como Coordenadora do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios do Curso Técnico na forma Subsequente de Administração, Secretariado e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Vendas, de 2015 a 2018; Coordenadora do Curso de Nível Médio na forma Integrada e Subsequente em Administração, de 2018 a 2019; e Ouvidora em 2019.

Sendo assim, ao adquirir melhores práticas em EC na administração pública, poderei contribuir com habilidades de liderança e agente de mudança organizacional, bem como contribuir para o bem-estar e progresso da sociedade ao compreender melhor como os programas de educação corporativa podem melhorar o desempenho organizacional e a qualidade dos serviços públicos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de EC começou a surgir nos anos 80 e 90, porém, foi apenas no início do século XXI que se consolidou como uma atividade de crescimento significativo no que diz respeito à formação, treinamento e desenvolvimento das pessoas, impulsionada por novas iniciativas empresariais.

Para Eboli (2014, p. 16), “A educação é instrumento necessário às mudanças crescentes e ao desenvolvimento no país. Se por um lado é inquestionável sua importância, por outro, o investimento na qualificação e educação da força de trabalho é um dos maiores obstáculos encontrados para o progresso.”.

Sendo assim, a EC desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um país, pois contribui para o aprimoramento das habilidades e competências da força de trabalho. Ao investir na formação e no desenvolvimento de seus colaboradores, as empresas não apenas aumentam sua própria competitividade, mas também promovem o crescimento econômico e social da nação como um todo.

Portanto, cabe às organizações fornecerem educação contínua aos seus colaboradores, pois, na sociedade do conhecimento, a responsabilidade pela educação não pode mais ser exclusiva das instituições escolares durante um período determinado da vida das pessoas, como era no passado recente. Atualmente, não existe mais uma divisão rígida entre o tempo dedicado ao estudo e ao trabalho, sendo assim, é um desafio para as organizações renovarem o conhecimento de seus colaboradores. Além disso, é essencial criar condições para a produção de conhecimento dentro da própria organização (Gil, 2019).

Corroborando Ramal (2012, p. 53) ao afirmar que,

A educação corporativa deve ter como objetivo orientar e direcionar todas as ações educacionais, respondendo às demandas de curto, médio e longo prazos. Os modelos de desenvolvimento das empresas normalmente focam apenas o desempenho passado, porém é muito importante também considerar o futuro e a real contribuição de cada pessoa aos resultados.

A implementação de estratégias de EC na administração pública é fundamental para promover o desenvolvimento contínuo dos servidores e aprimorar a eficiência organizacional, pois a educação corporativa pode ser definida como “[...] um guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias empresariais da organização.” (Meister, 1999, p. 29).

Cabe salientar que o surgimento da EC não implica no abandono do treinamento de pessoal, pois, este continuará sendo crucial para assegurar que os colaboradores possuam as competências essenciais para operar equipamentos e realizar tarefas específicas. No entanto, os principais programas e políticas de capacitação de pessoas tendem a enfatizar ações educativas, visando ao desenvolvimento e à evolução das organizações, em vez de apenas manter o *status quo* (Gil, 2019).

Tanto nas organizações não-governamentais quanto nas organizações governamentais a EC pode ser representada pela Universidade Corporativa (UC), tendo em vista que “[...] a Educação Corporativa é uma prática sistemática e ininterrupta”, a demanda das organizações por aprendizagem contínua é tão significativa que a “[...] evolução natural nas empresas é a formação de uma Universidade Corporativa.” (Ramal, 2012, p. 81).

Eboli (2014) valida que, a implementação de uma UC representa um sistema estratégico e integrado para o desenvolvimento de talentos dentro de uma organização, exigindo revisões periódicas para garantir sua eficácia contínua. O envolvimento ativo dos líderes em todas as fases do projeto é fundamental para o sucesso e a integração eficaz da UC nas práticas organizacionais.

O objetivo de toda ação educativa é induzir algum tipo de aprendizagem, visando a mudanças estáveis no comportamento das pessoas. Em um contexto organizacional, as iniciativas educativas buscam proporcionar aos sujeitos a aquisição de novos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA). Cabe destacar que competência “[...] é o conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para lidar com os recursos e alcançar os objetivos propostos.” (Chiavenato, 2020, p. 104).

A aprendizagem, no contexto organizacional, segue os padrões da andragogia, na qual desempenha um papel fundamental na aprendizagem corporativa ao reconhecer as características únicas dos adultos como aprendizes e ao adaptar os métodos de ensino e aprendizagem de acordo com essas características. Diferentemente da pedagogia, que se concentra no ensino de crianças, a andragogia reconhece que os adultos possuem experiências de vida, conhecimentos prévios e necessidades específicas que devem ser considerados no processo de aprendizagem.

Barros (2018, p. 4-5) destaca que na pedagogia “[...] parte-se do pressuposto de que a experiência da criança é de pouca utilidade – o que é valorizado é a experiência do professor, a quem cabe transmitir os seus conhecimentos através de um leque de métodos didáticos – [...]”; já na andragogia “[...] parte-se do pressuposto de que a experiência do educando adulto pode ser um rico recurso para promover a aprendizagem, através de um conjunto de métodos ativos e experienciais. [...]”, isto é, “[...] a experiência, reconhecida apenas ao adulto, funciona como um indicador para os procedimentos de diferenciação didática.”.

Ao adotar abordagens andragógicas, as organizações podem criar ambientes de aprendizagem mais eficazes, que valorizam a autonomia, a experiência e a relevância do conteúdo para os sujeitos, resultando em maior engajamento, motivação e aplicação prática do conhecimento adquirido, contribuindo assim para o desenvolvimento profissional contínuo e o sucesso organizacional.

No contexto da administração pública, a implementação de programas de EC é crucial para o desenvolvimento do país, pois, ao investir na capacitação e no desenvolvimento dos servidores públicos, os órgãos governamentais podem promover uma gestão mais eficiente, transparente e orientada para resultados.

A EC para administração pública proporciona aos servidores as habilidades técnicas, gerenciais e de liderança necessárias para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos do serviço público moderno, além de promover a disseminação de boas práticas de governança, ética e responsabilidade social, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Portanto, ao investir na EC para administração pública, o país não apenas promove o desenvolvimento profissional dos servidores, mas também fortalece os pilares da democracia e do desenvolvimento sustentável.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa dar-se-á através do cunho empírico, fazendo uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza aplicada a um campo de estudo, com aspectos exploratórios-descritivos.

A abordagem qualitativa visa aprofundar a exploração e a compreensão dos significados atribuídos por indivíduos ou grupos a um problema social ou humano. O processo de investigação envolve o surgimento de perguntas e abordagens, a coleta de dados geralmente no ambiente dos participantes, a análise indutiva desses dados começando com detalhes específicos e avançando para temas mais amplos, além das interpretações do pesquisador sobre o significado dos dados. O relatório final é estruturado de forma flexível. Os pesquisadores que adotam essa abordagem valorizam um método de pesquisa que prioriza uma abordagem indutiva, enfocando o significado individual e reconhecendo a importância de descrever a complexidade de uma situação. (Creswell, J.W.; Creswell J. D., 2021).

Vergara (2015) reforça que as pesquisas qualitativas contemplam a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos, as amostras são intencionais, selecionadas por tipicidade ou por acessibilidade, os dados são coletados por meio de técnicas pouco estruturadas e tratados por meio de análises de cunho interpretativo, ou seja, os resultados obtidos não são generalizáveis.

Prodanov e Freitas (2013, p. 26), afirmam que os métodos de abordagem da pesquisa

[...] esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Neste contexto, a abordagem sob o ponto de vista do problema será através da pesquisa qualitativa de natureza aplicada a um campo de estudo, pois, tem como objetivo produzir conhecimento destinado à resolução de problemas específicos na prática, ou seja, abarca verdades e interesses locais (Prodanov; Freitas, 2013).

Sendo assim, parte de um problema geral para o particular, onde o campo de estudo requer a condução de uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão, pois, é fundamental para compreender o estado atual do problema, identificar trabalhos anteriores relevantes e entender as perspectivas predominantes sobre o assunto. Além disso, ajuda a estabelecer um modelo teórico preliminar como referência e contribui para a definição das variáveis e a elaboração do plano geral da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2024).

Quanto aos objetivos da pesquisa pretende-se que a abordagem seja exploratório-descritivo, pois, Prodanov e Freitas (2013, p. 56) relatam que,

As pesquisas descritivas são, juntamente com as pesquisas exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema. Em outros casos, quando ultrapassam a identificação das relações entre as variáveis, procurando estabelecer a natureza dessas relações, aproximam-se das pesquisas explicativas.

Corroborando Gil (2022) ao afirmar que o propósito das pesquisas descritivas é retratar as características de uma população ou fenômeno específico, podendo também ser desenvolvidas com o intuito de identificar potenciais relações entre variáveis, sendo que muitas pesquisas se enquadram nessa categoria, e a maioria das realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadram nessa classificação.

“Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. [...]” (Gil, 2022, p. 42).

Pretende-se que a unidade de estudo seja contextualizada em uma Instituição de Ensino Público, o IFAM, que conta com 17 *Campi* distribuídos ao longo do Estado do Amazonas (AM): Boca do Acre, Coari, Eirunepé, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaus (três unidades), Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), a área total do Estado do AM é de 1.559.255,881 km², com uma população total estimada em 3.941.613 pessoas, resultando na densidade demográfica de 2,53 hab./km².

Os sujeitos da pesquisa seriam os servidores da Instituição, pois, “Muitas vezes pode ser aconselhável tomar alguns sujeitos da pesquisa como informantes, no sentido de testar junto a eles certas percepções ou certas conjecturas do pesquisador.” (Lüdke; André, 2018, p. 56).

Para a coleta de dados, a triangulação será crucial, tendo em vista que visa determinar a posição precisa de um objeto a partir de vários pontos de referência. Nas ciências sociais, pode-se definir a triangulação como uma estratégia de pesquisa que emprega diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno (Vergara, 2015).

“Com a convergência de evidências, a triangulação dos dados ajuda a reforçar a *validade do constructo* do seu estudo de caso. As múltiplas fontes de evidência proporcionam, essencialmente, várias avaliações do mesmo fenômeno. [...]” (Yin, 2015, p. 125)

Portanto, para a coleta de dados, pretende-se utilizar a triangulação de dados: Análise de documentos institucionais, relatórios de treinamento e capacitação, políticas de pessoal e outros materiais relevantes (1); Realização de entrevistas semiestruturadas com gestores/coordenadores responsáveis pelo programa de EC (2); Aplicação de questionário para os servidores da Instituição (3).

5 VIABILIDADE / IMPLEMENTAÇÃO

Para a viabilização/implementação desta pesquisa é essencial garantir: o acesso adequado aos sujeitos da pesquisa – servidores e gestores – para a coleta dos dados (1); a conformidade com os padrões éticos e regulamentações aplicáveis, como a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), além de respeitar o princípio de confiabilidade dos sujeitos da pesquisa (2).

Com a elaboração da cartilha informativa pretende-se condensar as descobertas e recomendações de maneira acessível e clara, com o intuito de alcançar uma ampla audiência, incluindo líderes organizacionais, gestores de recursos humanos, servidores públicos e outros interessados no tema da educação corporativa na administração pública.

Além disso, pretendo sugerir recomendações práticas com base nos resultados de sua pesquisa, destacando maneiras específicas pelas quais as organizações públicas podem aproveitar as descobertas para melhorar seus programas de educação corporativa e o desenvolvimento de competências dos servidores.

6 CRONOGRAMA

O cronograma é a divisão da pesquisa em etapas, possibilitando que o pesquisador verifique o tempo que precisará ser utilizado em cada etapa da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Cronograma da Pesquisa

2024.2												
ATIVIDADES	MESES											
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Definição do tema												
Definição do problema												
Definição dos objetivos												
Definição do método												
Revisão bibliográfica - Escrita												
Cursar disciplinas												
2025												
ATIVIDADES	MESES											
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Cursar disciplinas												
Revisão bibliográfica - Escrita												
2026												
ATIVIDADES	MESES											
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Revisão bibliográfica - Escrita												
Definição das perguntas												
Submissão ao CEP												
Submissão para qualificação												
Qualificação												
Aplicação do questionário/entrevistas												
2027												
ATIVIDADES	MESES											
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Análise inicial da coleta de dados												
Revisão bibliográfica - Escrita												
Continuação da análise de dados												
2028												
ATIVIDADES	MESES											
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Discussões e Considerações												
Revisão Final												
Submissão da Tese												
Defesa da Tese												
Revisão pós-defesa												

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

7 REFERÊNCIAS

BARROS, R. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e173244, 2018. Seção Artigos. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201844173244>.

Disponível em: [https://www.scielo.](https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/?format=pdf&lang=pt)

[br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos: os novos horizontes em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-970-2571-2.

CRESWELL, John W.; CRESWELL J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** [recurso eletrônico]. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. Revisão técnica Dirceu da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

EBOLI, Marisa (org.). **Educação Corporativa: muitos olhares**. São Paulo, Atlas, 2014. ISBN 978-85-224-8985-5.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2020-2024**. versão 1.9. [Brasília, DF]: ENAP, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/pdi2020-2024/plano-de-desenvolvimento-intitucional-da-enap>. Acesso em: 21 mar. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. ISBN 978-65-597-7164-6.

_____. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis estratégicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-970-0905-7.

IBGE. **Cidades e Estados: Amazonas**. [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. ISBN 978-85-216-2250-5.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024. ISBN 978-85-97-02654-2.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa: a Gestão do Capital Intelectual Através das UNIVERSIDADES CORPORATIVAS**. São Paulo: Makron Books, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RAMAL, Andréa (org.). **Educação Corporativa:** como implementar projetos de aprendizagem nas organizações. Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN 978-85-216-2131-7. (Série Educação).

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 978-85-224-9904-5.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos [recurso eletrônico]. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN 978-85-8260-232-4.